

A MERCEARIA DA ESQUINA, A ECONOMIA GLOBALIZADA E A LEGITIMIDADE DO PODER

PAULO ANDRÉ BENZ

Bacharel em Direito pela UFRN.

Assessor de Juiz Federal – JF/RN.

I - INTRODUÇÃO

A temática aqui abordada veio a lume cingida pela casualidade. Em meio ao bombardeio de notícias a respeito da comoção das bolsas de valores mundiais, da eclosão de um pacote fiscal em terra pátria e suas conseqüências, do reflexos globais da movimentação do capital volátil circulando mundo afora, pulando de país em país em sua busca incansável de mais lucro, fui à mercearia da esquina fazer algumas pequenas compras, acompanhado pelo caderno para anotá-las.

Daí adveio o pensamento de como se pode conciliar a sobrevivência em um microcosmos representado por um conjunto habitacional, onde as pessoas se conhecem pelo nome e onde o dono da mercearia vende seus produtos ainda na velha tradição do “caderno”, com a economia globalizada e a voracidade do “turbocapitalismo”, como alguns definem a nova fase de dominação do capital.

A perplexidade ante a sutil comparação gera de imediato alguns questionamentos.

O primeiro questionamento se dá em relação à questão da economia globalizada, e do alcance dos reflexos que os tremores por ela sofridos possam vir a trazer ao pequeno comerciante do conjunto habitacional, tão claro representante do indefeso cidadão que tanto está distanciado de qualquer possibilidade de interferência neste processo econômico.

Deste primeiro questionamento, surge um segundo, qual seja a premente necessidade de reação do Estado frente aos solavancos da economia, e da hipótese de ser atingido por um ataque especulativo, por exemplo. O reconhecimento, a nível nacional, e quiçá até a nível mundial de que em face de tais terremotos nos mercados de ações algo tem de ser feito, e com urgência, não é por si só uma carta branca para que os mandantes de nossa política econômica façam todo e qualquer tipo de pacote econômico ou fiscal.

De certa forma, percebe-se, sem adentrar muito detalhadamente na questão, que a oportunidade do ajuste fiscal consumado como reação aos primeiros solavancos das bolsas dos tigres asiáticos, embutiu uma série de medidas de caráter ideológico, e em seu arrastão foram promovidas mudanças no âmbito constitucional que a princípio poderiam ser perfeitamente discutidas sem o caráter vinculativo da sobrevivência da nação, mas sim, deveriam meramente estar atreladas à consecução de uma política econômica neoliberal.

Se se percebe a necessidade de mudanças no terreno econômico, não se as pode conceber sem uma ligação imediata com o mundo jurídico. Toda movimentação deve ser feita através de leis, embora tenhamos que entender que dada a nossa atual legislação, as medidas provisórias também cumpram este papel, com a anuência do Congresso e dos Tribunais Superiores. Do raciocínio da mudança das leis, vem o fio do pensamento que conduz às fontes do direito, e naquele específico momento em que se concebe os costumes como fonte de direito, e a discussão acerca da representatividade de quem edita leis em nosso sistema

jurídico. Aqui se delineia a temática da formação da norma jurídica e da participação da sociedade neste fenômeno.

Como consequência do questionamento relativo ao fazer a lei, e por conseguinte da verificação de que nem sempre a lei realmente está revestida do caráter de legitimidade, surge um interessante questionamento acerca de porque obedecer as leis.

Não se discute legitimidade e eficácia das leis sem discutir a sempre presente questão do poder.

Neste ambiente de questionamentos se dará o presente estudo, podendo-se a partir deste delineamento, ter uma mais fácil compreensão dos motivos de dar-se à pesquisa bibliográfica uma importância secundária, embora não dispicienda.

II - A ECONOMIA GLOBALIZADA

Falemos aqui da economia globalizada, mas sem a pretensão de esgotar o assunto, até mesmo porque o fenômeno que hoje está sendo tão comentado, não foi ainda compreendido em sua totalidade, e nós apenas estamos nos acostumando aos seus efeitos.

Os próceres da burocracia nacional costumam encher a boca com a redonda palavra “globalização”. Símbolo a ser buscado, ícone sagrado em nome do qual a “vaguidão específica” de Millôr Fernandes toma vulto. Tudo se faz em nome da globalização, e todos os caminhos levam a ela. Ela está no Olimpo, deusa que a tudo vê e que a todos que a ela se curvarem atenderá. Só que esta criatura não tem mostrado ao todo a sua face. Há inegáveis benefícios no curso da comunicação instantânea de que hoje se pode usufruir. Entretanto, o mais perigoso fenômeno da intercomunicação em *real time*, parece ser a facilidade com que os capitais especulativos começaram a varrer o mundo.

Como num imenso tabuleiro de “WAR”, computadores ligados pelo planeta fazem a ronda do relógio atrás da abertura e do fechamento das bolsas de valores do mundo inteiro. Uma indecisão de um mega-investidor tailandês pode refletir no preço

da cesta básica de um operário das minas de carvão da Bolívia, e na qualidade do atendimento do sistema de saúde de um trabalhador brasileiro, por exemplo.

Os volumes envolvidos nesta ciranda de capitais tornaram-se incomensuráveis, e circulam com a velocidade dos *bytes* em absoluto descontrole.

Não há quem bloqueie ou refreie os movimentos destes capitais, que giram mundo como pés de trigo ao vento atrás do faro negocial de produzir mais e mais capital.

Os recentes fenômenos ocorridos na Ásia demonstram o quanto tudo isso funciona em bases erradas, vez que em questão de algumas horas, economias de países que pareciam estar sedimentados e montados em bases sólidas podem ruir.

O fluxo de capital pelas bolsas e seu movimento nervoso pode causar uma “quebradeira” geral, em vários países ao mesmo tempo, e há quem aponte o risco de que num movimento mais brusco, o conglomerado das ansiedades dos mega-investidores possa, repentinamente, inviabilizar a economia global, ou gerar absurdamente um “dono do mundo”, uma facção que passe a deter nas mãos toda a direção do capital investido ao redor do planeta.

Já se fala de forma séria em refrear esta festa, pois o perigo está sendo reconhecido, e nasceu antes de uma lei, ou conjunto de leis que pudesse prever a forma como se daria tal crescimento desses movimentos.

Em interessante artigo acerca do tema, recomendável a quem deseja aprofundar-se no tema, Marcílio Toscano Franca Filho (Globalização e Academia: A ordem internacional contemporânea e seus reflexos no direito e seu ensino) analisa o fenômeno da globalização a partir da queda do muro de Berlim, e com a criação da chamada “aldeia global”. Encara a formação da grande comunidade internacional a partir da melhoria da infra-estrutura de comunicações e transportes. Aponta diversas vantagens do ponto de vista técnico-econômico, como a homogeneização dos procedimentos produtivos a nível internacional, com uma conseqüente melhoria dos padrões produtivos.

Efetivamente, não se pode dizer que do fenômeno ora em tela apenas advenham males. A melhoria de acesso à informação pode ser um caminho a resolver uma parcela do atraso de determinadas regiões mundiais, entretanto não se esqueça que o acesso à informação tecnológica só é possível se ela estiver disponibilizada, ou seja, depende antes de mais nada da “vontade política” de transferir esta tecnologia, o que nem sempre me parece fácil, haja vista que a transferência de tecnologia sempre foi uma das bandeiras de luta terceiromundistas no combate à dominação econômica, tantas vezes tachada de dominação imperialista.

Neste ponto, torna-se importante a remissão a outro artigo, este de Rodrigo Andreotti Musetti (Neoliberalismo, Globalização e Educação), capturado na rede mundial de computadores (eis uma vantagem dos ventos globais), em que o autor remete a questão da economia planetária como fenômeno interligado e dependente como reflexo e palco da consecução dos interesses dominantes.

O autor afirma que a estrutura de dominação será reforçada e não dirimida com a globalização. Aponta como vertentes maiores do processo a maior concentração de renda nas mãos dos países ricos, o que se pode entender, não nas mãos da nação, mas de alguns detentores do capital destes países ricos, a marginalização dos países incapazes de acompanhar os meandros deste processo mundial, na efetivação do controle econômico, cultural, social, jurídico e alimentício dos países mais pobres pelos mais ricos, num grande processo de empobrecimento, e na relação de dependência a ser constituída em relação aos grandes conglomerados transnacionais e aos operadores do sistema financeiro.

Colaciona ainda em seu artigo uma informação estarrecedora, a respeito de uma reunião ocorrida entre setembro e outubro de 1995 na Califórnia, nos Estados Unidos, em que líderes mundiais discutiram os problemas econômicos mundiais, e na qual uma das conclusões seria a da necessidade de reduzir a população mundial em 40%. Aponta como meios de consecução deste desiderato as guerras regionais, os programas de controle de natalidade, a legalização do aborto, o espantoso aborto de nascimento parcial, a

legalização da eutanásia, a legalização da gerontocidia, a instituição da pena de morte e a legitimação dos casamentos de homossexuais. São na sua opinião alguns dos métodos de diminuir a população mundial que serão levados a termo a partir das conclusões destes senhores do mundo.

Não se pode duvidar de todo, até mesmo porque se percebe que certas providências parecem estar sendo tomadas, até mesmo em nosso quintal.

As guerras regionais, ou melhor se poderia lembrar das guerras étnicas, parecem estar realmente qualificadas como tal, pois não se justifica que as Nações Unidas, e principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que avocaram para si a qualidade de braço armado da ONU e árbitro mundial, sejam tão complacentes com os morticínios e os genocídios que se espriam pelo planeta.

Tribos africanas digladiam-se de forma constante, entre a miséria e a fome e o resto do mundo assiste como se fosse um filme de ficção, em contrapartida à absoluta preocupação com as estripulias de Saddam Hussein, capaz de mobilizar poderosos efetivos militares para vasculhar sua desobediência. Lembremos ainda da faxina étnica promovida na Bósnia pelos Sérvios, e dos massacres promovidos na Argélia.

A referida reunião ocorrida no Fairmont Hotel, promovida pela Fundação Gorbachev, foi tema do livro “A Armadilha da Globalização”, escrito por dois jornalistas alemães, Hans-Peter Martin e Harald Schumann. Reportam-se ao que os participantes denominaram de sociedade 20 por 80, ou seja, vinte por cento da população será suficiente para tocar a economia do século 21. O que fazer com os restantes oitenta por cento? Entretê-los e mantê-los à margem das decisões parece o caminho apontado.

Após apontar os diversos caminhos em que a dominação econômica anda de braços dados com a globalização, os autores apontam algumas saídas, infelizmente todas restritas apenas ao continente europeu.

III - DIREITO COMUNITÁRIO

Um dos fenômenos decorrentes da globalização são os ditos mercados regionais, sendo o exemplo mais forte o mercado comum europeu. Na disputa acirrada por posições no tabuleiro mundial, encarar sozinho e de peito aberto o jogo não é fácil. A disputa por mercados consumidores e pela proliferação do capital é árdua.

Para fazer frente à economia dos EUA, do Japão e dos então tigres asiáticos, os países europeus decidiram por unir-se em um só e grande país para os termos do mercado mundial, derrubando suas fronteiras alfandegárias e chegando finalmente à utilização de uma moeda comum, o “Euro”.

A nível regional, estamos assistindo à formação lenta mas precisa do Mercosul, não sem a resistência da águia do norte, que vê com maus olhos a formação do mercado comum latino americano, pois a força econômica de um bloco de países sempre é obstativa de uma maior dominação, como a que sempre manteve a América Latina atrelada aos EUA. Quantos governos foram depostos pela defesa dos interesses políticos e econômicos Norte-americanos (lembremos apenas de Allende), e quantos pacotes econômicos são detonados em homenagem às exigências dos banqueiros de lá?

Os EUA tentam forçar a supremacia da ALCA sobre os acordos do MERCOSUL, o que pode ser sentido nos constantes adiamentos ocorridos no programa de implantação de nosso mercado comum.

A questão dos mercados comuns traz um interessante ponto a ser focado, qual seja a formação de um direito comunitário. Grandes debates têm sido travados a respeito, mormente pelo fato de representar uma forma de direito supra-constitucional. A norma comunitária vigora acima da norma constitucional interna do país membro da comunidade? Qual o nível de legitimidade desta norma supra-nacional, se a princípio a Constituição é escrita em consonância com a população que elegeu os membros da Assembléia Nacional Constituinte. Lembremos que os países

européus fizeram plebiscitos para saber a opinião de seus nacionais a respeito da integração, e que houve grande resistência de alguns povos aos termos da integração, o que acarretou novas e mais rodadas de negociações para que se obtivesse uma aprovação popular.

São questões a serem estudadas detidamente, na busca de entendimento do que realmente representa para uma nação fazer parte de um mercado comum, e qual o reflexo sentido pelo homem comum frente às mudanças que seu país adota para ingressar neste grupo econômico.

Basta, para aguçar a imaginação, lembrar os insistentes protestos dos agricultores franceses ao fim dos subsídios governamentais, parte do “iter” de consolidação do Mercado Comum Europeu.

IV - O CADERNO DE COMPRAS E A GLOBALIZAÇÃO

A questão do microcosmos do conjunto habitacional delineia-se antes de mais nada como a sobrevivência de um mundo em que valem regras próprias em confronto com um mega-mundo jurídico, em que as relações interpessoais e suas bases são atropeladas pelo rolo compressor de um direito e de uma sociedade em constante transformação. A tônica maior é que essas transformações nem sempre condizem com as transformações que ocorrem neste pequeno sistema.

As relações desse sistema são constituídas na confiança, na vizinhança e nos princípios éticos e morais do homem médio comum. A duplicata das dívidas inscritas no caderno da mercearia é o fio de bigode, a palavra. Embora nosso sistema processual tenha previsto o interessante instituto da Ação Monitória para a cobrança dos títulos extra-judiciais, sendo a dívida de caderno um exemplo enquadrável, geralmente tais dívidas são honradas sem o recurso à via judicial, e dessa forma vai se reproduzindo e se mantendo tal estrutura econômica e social.

A estrutura em questão também tem suas regras e cláusulas. A dívida anota-se em gêneros, não em valores. Valor é o do dia de

pagar. Trata-se de uma forma original de, em tempos em que não se mostre a economia em estabilidade, proteger o comerciante da corrosão do valor de seus estoques. Além disso, prevê um mecanismo de justiça, não se aplicam taxas de juros ou correção, o preço do dia é que rege o acerto. O risco é equilibrado. Se o produto não aumentou, a dívida não aumentou.

O cruzamento dos pontos anteriormente discutidos com esta estrutura advém da necessidade de se ter, para a manutenção da relação do homem comum, uma certa segurança jurídica. Não se pode pedir segurança econômica através de decreto, mas segurança jurídica deve ser algo inculcado na sociedade.

Os reflexos da movimentação econômica devem ser filtrados pelo Estado, por isso é que deve haver uma orientação das equipes de gerenciamento da economia no sentido de efetivarem as mudanças na legislação sem incorrer na permanente insegurança jurídica. Falta que se ponha aos governos um fio de bigode.

Exemplos em nossa história não faltam. Em 1990, a equipe econômica do governo recém eleito vinha à telinha da Globo (a rede, não o planeta), para tranquilizar a população em relação ao monstro que se gerava no ventre do Ministério, dizendo que a poupança era “imexível” (usando a linguagem do mesmo governo), para dias depois realizar o espúrio e vergonhoso confisco da poupança.

Da mesma forma somos hoje tratados pelo Estado, como crianças iludidas a entrar no carro do seqüestrador com a promessa de um pirulito.

Do confronto da vida do cidadão comum e do direito realizado pelo Estado, estando aí representados os poderes executivo e legislativo, quando não também o judiciário ao afagar as leis disformes aos princípios constitucionais com a vigência imprópria, surge a necessidade de discutir-se brevemente a formação do direito, ou seja, quais as fontes do direito. São elas as que deveriam efetivamente formar o nosso direito? Surge como paradigma a questão da legitimidade. Quais as razões da obediência à norma jurídica disforme? Deve-se obedecê-la?

V - O PROBLEMA DAS FONTES DO DIREITO

A questão das fontes de direito, em termos meramente técnicos pode ser vislumbrada através da divisão básica entre fontes formais e fontes materiais.

Fontes formais, tradicionalmente, são a legislação, o costume jurídico, a jurisprudência e a doutrina.

Já como fontes materiais, poderiam ser colocadas, na opinião de Franco Montoro “a realidade social, isto é, o conjunto dos fatos sociais que contribuem para a formação do conteúdo do direito”, e os “valores que o direito procura realizar, fundamentalmente sintetizados no conceito amplo de justiça”.

Sob um enfoque sociológico, a partir do conceito básico de SAVIGNY de que “a consciência comum do povo é a fonte substancial do direito”, tem-se que a movimentação existente entre as opiniões e vontades divergentes e a sua acomodação, com o amoldamento das consciências individuais é que vai gerir um sistema de vida, um conglomerado de regras surgidas do próprio convívio social, e que efetivamente são respeitadas. Esse processo de legitimidade, vale ressaltar, se dá à margem dos processos de positivação do direito. Independe de uma formulação expressa.

Dessa movimentação social surge aquilo que se pode chamar de *vontade social preponderante*, ou ainda de *razão histórica suficiente*.

Quando se fala de fonte material de direito, fala-se em conteúdo da norma jurídica. A *mens legis* que é o verdadeiro espírito da norma.

A base da norma é a conformação social, que será feita direito positivo, daí a questão das fontes formais do Direito. As fontes formais do Direito serão o meio de positivação da razoabilidade expressa na conduta social.

A configuração teórico-hipotética fecha-se perfeitamente, restando apenas a discutir a questão da vacância da lei.

Onde não há lei, vai-se aos princípios gerais do direito, o que pode ser representado como sendo os princípios do direito natural

(BRUNETTI, DEL VECCHIO); os princípios ditados pela equidade (BORSARI, GIORGI); os decorrentes da natureza das coisas (GENY, ESPÍNOLA), os de caráter universal, ditados pela ciência e pela filosofia (BIANCHI, PACCHIONI, BEVILACQUA) ou, para cada povo, os resultantes de seu sistema jurídico (FADDA e BENSÁ).

A todos eles se põe em comum o critério de justiça, segundo Montoro.

Mas voltemos à positivação da norma social.

A norma social, preferencialmente vai atuar no mundo do Direito através de sua transformação em lei, e aí começa a diferença entre a formação da norma jurídica em tese, e a sua efetivação no nosso sistema jurídico-político.

Daí decorre a necessidade de entender a essência de nosso processo legislativo.

Parte-se do princípio de que os membros do poder legislativo sejam efetivos representantes dos interesses da população.

Em recente reportagem, a revista *Veja* (Ed.1.525, 10 de dezembro de 1997), demonstra que na formação da Câmara dos Deputados, apenas 27% dos eleitores conseguiram o intento de eleger os deputados de sua preferência.

Do total de 95 milhões de eleitores, ou 64% da população, 17 milhões não compareceram às urnas, 13 milhões anularam o voto, 19 milhões votaram em branco, 15 milhões votaram em candidatos que não foram eleitos, 3 milhões de eleitores votaram na legenda e 2 milhões de votos foram descartados no processo eleitoral. Dos 95 milhões de eleitores, apenas 26 milhões foram contabilizados aos deputados eleitos. Ou seja, menos de 30% do eleitorado encontra-se representado de forma direta pelos Deputados Federais eleitos.

É apenas mais um dado entre tantos.

Nosso sistema político gera um preocupante vínculo dos membros dos poderes legislativo e executivo que alcançaram seus postos através de sufrágio, com os financiadores de suas campanhas políticas.

Eleger-se no Brasil não mais está vinculado à aceitação do candidato junto à sua comunidade. Cada voto é garimpado a custo de propaganda, chaveirinhos, dinheiro, tinta para pintar casas, tijolos, telhas, favores pessoais e pouco ou quase nenhum conteúdo ideológico.

O processo eleitoral anacrônico, as falhas de representação e o compromisso dos eleitores com os financiadores da campanha são fortes indicativos de uma burla ao processo de positivação da norma social.

Imaginemos que um determinado deputado tenha sido eleito com o voto do nosso amigo, o dono da mercearia da esquina, e tenha tido sua campanha financiada pelo dono de uma grande distribuidora de alimentos, e que então, por uma dessas ironias do destino, os pequenos comerciantes e os donos das grandes distribuidoras encarem fato novo, e que o litígio entre eles necessite de uma solução legislativa. Qual seria então a parte a quem nosso dividido deputado iria defender através de seu voto. O seu eleitor ou o seu patrocinador?

O anedotário político brasileiro já atribuiu a um candidato eleito a famosa frase “não devo nada a eleitor algum, paguei, e caro, por cada voto que recebi.”

Se mencionarmos a atual febre legislativa do Poder Executivo, mais ainda se inquina de estranheza o nascedouro da norma jurídica. Estamos aqui falando em Estado de Direito, e o abuso da utilização das medidas provisórias, em visão absolutamente distante da *mens legis* do constituinte de 1988, não me parece merecedora de estar sob o pálio do Estado de Direito, senão ser uma herança autoritária e uma corrupção da histórica divisão dos poderes.

VI - A LEGITIMIDADE E A OBEDIÊNCIA

Sob um enfoque histórico, a questão da legitimidade começou a tomar corpo a partir do momento em que a sociedade tornou-se complexa a ponto de não se possibilitar mais a participação de

todos no círculo político-decisório, momento em que se passou a discutir política através da representação.

A representação depende de um processo de escolha, e a existência de eleições tem em geral funcionado como um sistema de legitimação dos sistemas abertos, mas como bem coloca João Eduardo Faria, a questão da legitimidade “não se esgota na noção de democracia”.

O que ocorre, em verdade, e isto sob a ótica do ponto anteriormente discutido, é que a legitimidade não pode advir meramente da escolha através da eleição dos membros do órgão legislativo.

Há que haver um aprofundamento da análise no sentido de que se busque a legitimidade do processo eleitoral em si.

A mera escolha dos representantes pelo voto direto não purifica uma democracia dos seus pecados originais. Já na nascente da democracia grega havia uma classe de excluídos, a quem não deveria interessar o que era discutido pelos cidadãos. Necessário se mostra buscar que as origens do processo eletivo sejam imaculadas. Que apenas se construa o que se representa.

Ante a mácula de ilegitimidade com que se perfuma em especial o nosso sistema político, já que não se pode afirmar uma democracia sem democratizar os meios de informação e de formação de opinião, resta a última interrogação agora colacionada. Por que obedecer?

No espectro da obediência propõe J. E. Faria que há que se distinguir a efetividade como atributo do poder da eficácia da norma jurídica. Coloca o autor de forma clara, “assim, se o *poder efetivo* é aquele que consegue obter os resultados propostos e satisfazer as expectativas, a *norma eficaz* é aquela acatada, observada e cumprida pelos diversos grupos sociais.” Surge então, no desvendar da questão da legitimidade, a questão do consenso, que dá forma à obediência. Para Norberto Bobbio, citado por J. E. Faria, “o poder legítimo é aquele que exige obediência em nome do título de legitimidade, cuja prova última é dada somente pelo fato de que a obediência é efetivamente acatada”.

Surge então a questão da obediência como reflexo da questão da legitimidade. Um nível de representatividade falho e a ausência de um consenso em torno da legitimidade da norma jurídica exigem um maior poder coercitivo do Estado.

A crise de legitimidade é a crise do poder, é a crise social e o estopim da desobediência.

Daí se obtém que a função da fórmula política é a obtenção da legitimidade através da obediência. Conseguir a obediência legítima, o poder e conseqüentemente a norma jurídica sobre a qual se embasa o poder.

VII - CONCLUSÃO

Mais como constatação do que como conclusão, a discussão da legitimidade do poder frente ao homem comum deve ser encarada de forma mais séria pelo Estado de forma geral.

A corda que vai sendo paulatinamente esticada tem um limite de resistência, e o poder que a uns é dado de decidir pelos outros, advindo em tese da *vontade social preponderante*, deve ater-se ao espírito dessa vontade.

Exemplos há, e muitos, de que o abuso deste poder de decisão e de representação, sendo exercido de forma ilegítima geram a desobediência civil e a revolta.

O combustível das mudanças sociais sempre esteve ligado ao exercício arbitrário do poder. Portanto, os senhores que nos deveriam representar devem repensar sua atitude, pois seu eleitorado pode repentinamente deixar de sê-lo.

No Brasil ainda temos o voto obrigatório, e mesmo assim os dados obtidos em reportagem referida neste estudo, apontam para uma grande abstenção, tanto pelo não comparecimento como pelo voto nulo ou em branco. É um sintoma, quase uma avaliação da classe política. O descrédito ronda o poder, e é mesmo negativa a imagem que fazemos, em geral, do que emana do poder constituído.

Vale lembrar que a relação entre a norma jurídica e a população de uma determinada nação, historicamente, sempre mostrou que, quando o fluxo se dá no sentido de costume - norma, obtém-se a propalada legitimidade, uma vez que a norma é apenas a positivação do que é aceito como ético e moral pela sociedade como um corpo. Já o fluxo inverso, em que a norma surge como tentativa de impor a mudança ao costume, desrespeitando a conduta e o senso de ética e moral do cidadão comum, tem se mostrado ao longo da história como propício camarim à preparação dos atores do teatro das mudanças.

O exercício arbitrário do poder foi imortalmente retratado por Sófocles no diálogo de Antígona com Creonte:

“ ... a tua lei não é a lei dos deuses; apenas o capricho ocasional de um homem. Não acredito que tua proclamação tenha tal força que possa substituir as leis não escritas dos costumes e os estatutos infalíveis dos deuses. Porque essas não são leis de hoje, nem de ontem, mas de todos os tempos ...” (Antígona).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, Fábio Ulhøa, *Direito e Poder - ensaio de epistemologia jurídica*. 1ª. ed. São Paulo, Saraiva, 1992.
- FARIA, José Eduardo, *Poder e legitimidade*. Série Debates. Política. 1ª. ed. São Paulo, Editora Retrospectiva, 1978.
- FRANCA FILHO, Marcílio Toscano, *Globalização e Academia: A ordem internacional contemporânea e seus reflexos no direito e seu ensino* (in Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos da Instituição Toledo de Ensino de Bauru- abril a julho de 1997, Vol. 17).
- MONTORO, Franco, *Fontes do direito em suas modalidades fundamentais* (in Revista de Informação Legislativa, janeiro a março 1972).
- MONTORO, Franco, *O problema das fontes do Direito. Fontes formais e materiais. Perspectiva filosófica, sociológica e*

jurídica (in Revista de Informação Legislativa, outubro a dezembro 1971).

MUSETTI, Rodrigo Andreotti, *Neoliberalismo, Globalização e Educação*. Artigo disponível na revista TEIA JURÍDICA, internet (<http://www.teiajuridica.com.br>).

SHUMANN, Harald & MARTIN, Hans-Peter, *A Armadilha da Globalização*. 1ª. ed. São Paulo. Ed. Globo.1997.

SÓFOCLES, *Antígona*. 1ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. Coleção Leitura. 1997.

Revista CEJ - Centro de Estudos Judiciários- Conselho da Justiça Federal. Vol 02. *Mercosul: Uma nova realidade Jurídica*.